

Título: Um estudo acerca dos diálogos institucionais no Brasil através da análise casuística das políticas públicas do ensino superior

Autor(es) Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha*; Natan Oliveira Lima; Ana Caroline da Silva

E-mail para contato: bolonhacarlos@gmail.com

IES: UFRJ / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): diálogo; instituições

RESUMO

Verifica-se como problema uma aparente dificuldade no diálogo entre os Poderes responsáveis pelas políticas públicas sobre matéria educacional. Deve-se, portanto, analisar e monitorar tais políticas, em particular, na sua condição ex post. O objeto do projeto de pesquisa é o possível diálogo institucional entre os Poderes Executivo e Legislativo relacionado às políticas públicas referentes ao Ensino Superior. Como hipótese, sustenta-se que não há diálogos entre os Poderes Executivo e Legislativo no Brasil, conseqüentemente, não há acompanhamento de uma política pública após sua implementação, vez que o Poder Executivo opta por decisões unilaterais, e o Legislativo, por inoperância. A análise das políticas públicas de Ensino Superior relaciona-se diretamente ao tratamento conferido ao Marco Regulatório do Ensino Superior concernente a atuação do Executivo e a sua condição de formulador de alternativas de decisões para tais políticas. Isto culminou, por exemplo, no descredenciamento de diversas instituições de Ensino Superior no biênio de 2004 e 2006. Em 2013, da mesma forma, o Executivo determinou a criação de mais de onze mil vagas no curso de medicina, um dos mais afetados à época. Para este trabalho utiliza-se a abordagem da teoria elaborada sobre políticas públicas, tendo como marco a Professora Maria Paula Dallari Bucci e, conjuntamente, à teoria institucional desenvolvida pelos autores Cass Sustein, Adrian Vermeule e Eric Posner. Metodologia. O projeto de pesquisa funda-se no método hipotético-dedutivo, desenvolvido em critérios analíticos delimitados (i) temporalmente: quinze anos; (ii) conteúdo: abrangendo apenas políticas públicas relacionadas ao Ensino Superior e (iii) espacialmente: em Sessões do Congresso Nacional, Decisões, Pronunciamentos do Executivo e dados publicados pelo Ministério da Educação e pelo INEP. Como objetivo geral busca-se compreender a dimensão dos diálogos entre os Poderes Legislativo e Executivo no Brasil, concernentes às políticas públicas educacionais. Os objetivos específicos são: (i) mapear a atividade do Executivo em relação às políticas públicas no Ensino Superior; (ii) verificar a atividade do Legislativo na regulamentação do Ensino Superior no País. Aplicando-se os critérios analíticos preliminarmente definidos, têm-se, como conclusões parciais, que (i) não há diálogos entre os Poderes Executivo e Legislativo após a implementação de uma política pública no Ensino Superior; (ii) há Supremacia do Executivo no que tange às decisões acerca das políticas públicas relativas ao Ensino Superior; (iii) não houve monitoramento nem avaliação final da política pública educacional superior, conhecida como Marco Regulatório do Ensino Superior.